

Reforma estimula contratos

Se de um lado o governo federal se desdobra para atender aos desejos de gregos e troianos no que se refere à reforma da Previdência, de outro lado estão as instituições financeiras rindo à toa com o aquecimento registrado após o anúncio da reforma por parte da União.

Para os especialistas do mercado, o que mais está tirando o sono do trabalhador é o teto de aposentadoria de R\$ 2.400. Pelo projeto da reforma do governo federal, quem entrar no serviço público após a aprovação das mudanças estará sujeito a um teto de aposentadoria de R\$ 2.400, mesmo valor que o governo quer aprovar para os trabalhadores do setor privado.

Além disso, a idade mínima de aposentadoria de todos os servidores será elevada de 48 para 55 anos, no caso das mulheres, e de 53 para 60 anos, no caso dos homens.

A proposta da União é clara: quem desejar se aposentar a partir do limite antigo de idade terá uma redução de 5% do benefício a cada ano antecipado.

Na visão do gerente de Mer-

cado da Caixa Econômica Federal, Antônio Carlos Ferreira, assim que o governo federal anunciou a proposta de reforma na Previdência as vendas de previdência privada aqueceram consideravelmente.

“O crescimento no geral foi de 40% logo que o governo federal anunciou as novas regras que passariam a valer com a reforma previdenciária”, disse Ferreira.

Se de um lado o mercado comemora um aquecimento, de outro lado, os sindicalistas afirmam que desejam alterações na proposta da União.

Entre as mudanças sugeridas na pauta de reivindicações solicitadas pelos trabalhadores estão não taxar os aposentados e pensionistas, a fixação da alíquota máxima de contribuição do servidor em 11%, a manutenção da idade mínima de 53 anos para homens e 48 para mulheres para servidores do setor público, entre outras.

Para líderes da base governista, a taxaço dos pensionistas tem de ser retirada da proposta da Previdência, caso não haja acordo com os governadores.

A) 3500

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

O que as entidades sindicais querem mudar na reforma da Previdência

✓ Não taxar os aposentados e pensionistas

✓ Teto do regime geral da Previdência de 20 salários mínimos (R\$ 4,8 mil)

✓ Manutenção do reajuste paritário entre os servidores da ativa e os aposentados

✓ O valor integral das aposentadorias se dará através de fundos de previdência pública fechada, com contribuição e benefícios definidos

✓ Manutenção da regra segundo a qual o servidor se aposenta ganhando o valor equivalente ao último salário da ativa

✓ Gestão democrática e paritária para todos os regimes previdenciários

✓ Manutenção da idade mínima de 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres) para aposentadoria dos servidores públicos



✓ Manutenção da aposentadoria especial para os professores de ensino fundamental e médio

✓ Fixação de alíquota máxima de contribuição do servidor em 11%

Deputados mudam regras

A reforma da Previdência em tramitação na comissão especial da Câmara dos Deputados recebeu mais de 400 emendas para serem analisadas. O prazo final para a apresentação das sugestões de alteração pelos parlamentares venceu às 18h30 de sexta, mas os funcionários ainda reuniam os números uma hora depois.

Cobrança de contribuição dos servidores inativos, teto da aposentadoria, redução das pensões, e aposentadorias especiais para professores e militares foram os temas mais abordados para modificação segundo levantamento preliminar da liderança do governo na Casa.

O número total de emendas – apresentadas tanto por partidos da base aliada quanto pela oposição – deve chegar próximo ao que foi enviado para a reforma tributária, que registrou 466 propostas.

A intenção dos governistas agora é reunir na semana que vem a base aliada, o governo e a oposição para defi-

nir o mapa dos pontos coincidentes e fechar, até o próximo dia 15, a relação das mudanças que terão apoio do Planalto e que, conseqüentemente, serão incorporadas nos pareceres dos relatores.

Os relatórios vão a voto na comissão e, aprovados, seguem para a votação em dois turnos no plenário da Câmara. Já é praticamente consenso no governo que a reforma não ficará como está.

Questões como o estabelecimento de um critério menos “rígido” para o cálculo do benefício e a criação de uma regra de transição que amenize o aumento de sete anos na idade mínima para aposentadoria do funcionalismo são as mais citadas como possíveis frutos das alterações.

Segundo o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), líder do governo na Câmara, o trabalho agora “é classificar os pontos mais sensíveis à base aliada, definir as alterações a serem propostas, negociar com a oposição e depois levar ao governo”.